

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTOS URBANOS

SANDRA LILIAN SILVEIRA GROHE
RODRIGO MANOEL DIAS DA SILVA

RESUMO

O foco deste artigo incide sobre a definição de princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos, a partir da apresentação e discussão dos principais resultados de estudo realizado em duas cidades da Região Sul do Brasil. Quando uma cidade educa para a sustentabilidade? A partir dessa questão-guia, aliada à artesanaria intelectual e entrevistas compreensivas, os três princípios orientadores foram identificados, configurando-se como principal contribuição conceitual do artigo. O primeiro princípio sugere que uma cidade precisa implementar uma educação ambiental consistente, promovendo a pesquisa, além de criar e implementar políticas de educação para a sustentabilidade a partir de programas e projetos. O segundo princípio ressalta a importância da vontade e do desejo dos governantes locais para que a cidade seja sustentável. O terceiro se refere à sensibilização, que favorece o sentimento de pertencimento ao lugar, a fluidez da comunicação e o acesso populacional à informação e a novos conhecimentos.

Palavras-chave: Educação, Sustentabilidade, Cidades Sustentáveis.

GUIDING PRINCIPLES OF EDUCATION FOR SUSTAINABILITY IN URBAN CONTEXTS

ABSTRACT

This study is focused on the definition of guiding principles of education for sustainability in urban contexts, from the presentation and discussion of main results of this study carried out in two cities in southern Brazil. But when does a city educate for sustainability? Based on this guiding-question, combined with intellectual craftsmanship and comprehensive interviews, the three guiding principles have been identified, which are configured as the main conceptual contribution of this article. The first principle suggests that a city needs to implement consistent environmental education, promoting research, creating and implementing education policies for sustainability, from programs and projects. The second principle emphasizes the importance of will and desire of local governments for the city be sustainable. On the third principle the feeling of belonging to the place is facilitated when there is awareness. The third refers to sensitization, which favors the feeling of belonging to the place, the fluidity of communication and the population's access to information and new knowledge.

Keywords: Education, Sustainability, Sustainable Cities.

PRINCIPIOS RECTORES DE LA EDUCACIÓN PARA LA SOSTENIBILIDAD EN CONTEXTOS URBANOS

RESUMEN

El enfoque de este artículo se centra en la definición de principios rectores de la educación para la sostenibilidad en contextos urbanos, a partir de la presentación y discusión de los principales resultados de un estudio realizado en dos ciudades de la región sur de Brasil. Pero, ¿cuándo una ciudad educa para la sostenibilidad? A partir de esta pregunta orientadora, combinada con la artesanía intelectual y entrevistas integrales, se identificaron los tres principios rectores, que se configuran como el principal aporte conceptual de este artículo. El primer principio sugiere que una ciudad necesita implementar una educación ambiental consistente, promoviendo la investigación, además de crear e implementar políticas educativas para la sustentabilidad, basadas en programas y proyectos. El segundo principio enfatiza la importancia de la voluntad y anhelo del gobierno local para que la ciudad sea sustentable. El tercero se refiere a la sensibilización, que favorece el sentimiento de pertenencia al lugar, la fluidez de la comunicación y el acceso de la población a la información y nuevos conocimientos.

Palabras clave: Educación, Sostenibilidad, Ciudades Sostenibles.

1. CONCEITOS E PERSPECTIVAS PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS

Este artigo tem como objetivo abordar os princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos, oriundos de pesquisa realizada em duas cidades da região sul do Brasil, a saber: São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, e Colombo, no Estado do Paraná. Os três princípios foram identificados a partir da artesanía intelectual e entrevistas compreensivas com gestores das duas cidades.

Para definirmos tais princípios, fez-se necessário partirmos de alguns conceitos. O primeiro deles, refere-se às cidades sustentáveis, aliado ao conceito de sustentabilidade. Os primeiros registros sobre o tema da sustentabilidade remetem aos tempos da Revolução Verde, seguidas das discussões impressas no Relatório Limites do Crescimento, onde é citado o termo ecodesenvolvimento, defendido por Ignacy Sachs (2009). No relatório Nosso Futuro Comum, este termo foi associado ao conceito de desenvolvimento sustentável. Outro documento, que consideramos significativo e que deveria ser retomado no contexto atual, é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS). Nesse Tratado, a noção de desenvolvimento sustentável foi deslocada para a noção de sociedades sustentáveis e a EA passou a ser considerada ponto central na formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas.

A partir dos anos 90, o conceito de sustentabilidade ganhou destaque, sendo alargado e utilizado, por vezes, de acordo com interesses específicos. Neste debate, destaco as reflexões de Henri Acselrad. Para ele, o conceito de sustentabilidade foi “tornando-se cada vez menos explícito e mais ambíguo.” (ACSELRAD, 2013, p. 6). Isabel Carvalho complementa esta reflexão, destacando que o trânsito do conceito passou a ser “entre diferentes matrizes discursivas sendo disputado ideologicamente e semanticamente” (CARVALHO, 2008, p. 51). Para Carlos Brandão (2005), a sustentabilidade ocorre no interior das sociedades sustentáveis. A sustentabilidade “se opõe aos modelos de desenvolvimento em que os ganhos puramente econômicos se sobrepõem a todos os

outros ganhos humanos, e aos direitos humanos e da própria Natureza” (Idem, p. 86). Para Jacobi (2003, p. 192), baseado nos estudos de Beck (1992), o tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da “sociedade de risco”.

Isabel Carvalho (2008) destaca três níveis de sustentabilidade: Sustentabilidade como fenômeno empírico, Sustentabilidade como ideologia e Sustentabilidade como categoria compreensiva. Aqui destacamos o último conceito relacionado à compreensão. Ao tentarmos compreender o sentido da sustentabilidade, não será possível deixar de lado o campo de disputa em que ele se encontra, assim como não poderemos entendê-lo como um conceito neutro. Somente na tentativa de compreendê-lo será dado outros sentidos para este conceito, assim como será possível ampliá-lo.

Percebemos que ao colocarmos este conceito em prática, principalmente no espaço escolar, ele vai ganhando forma. O conceito de sustentabilidade pode ser inserido no currículo escolar, no discurso e ações da gestão, assim como no espaço físico, porém onde ele se efetiva com mais força é nas relações (GROHE, 2015). Aqui nos referimos a todas as relações, começando pela relação intrapessoal, do autoconhecimento ampliada para a relação com o meio. Quanto mais experimentamos vivências sustentáveis, mais e melhor entenderemos seu sentido e objetivo.

Aproximando-nos das definições de Cavalcante e Elali (2011) e dos estudos referentes às epistemologias ecológicas de Steil e Carvalho (2014), entendemos a sustentabilidade como algo subjetivo que se efetiva nas relações, sendo a educação um dos pontos fundamentais para a sua compreensão. Neste sentido, pensando nas cidades, como elas podem educar sua população para atitudes, práticas e ações sustentáveis? Moacir Gadotti (2008) acredita que a partir da acolhida e do cuidado é possível educar para a sustentabilidade. Neste sentido, destaca a potencialidade da educação para a sustentabilidade, relacionada à ecopedagogia. A ecopedagogia, entendida como a *pedagogia centrada na vida*, “considera as pessoas, as culturas, os modos de viver, o respeito à identidade e à diversidade” (GADOTTI, 2008, p. 15). E neste viver com os outros e outras, humanos e não humanos, na interação que ocorre a educação para a sustentabilidade.

É necessário, neste ponto, refletirmos sobre o conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Para Gadotti, educar para o desenvolvimento sustentável “parece um conceito limitado e limitador da educação”. Não tem a abrangência necessária para se constituir em concepção organizadora da educação.” (GADOTTI, 2008, p. 16). Faz-se necessário que tenhamos uma visão crítica em relação a este conceito, não devendo abandoná-lo, pois é um conceito que está presente no cotidiano da educação e nem mesmo tomá-lo como o único caminho para outro mundo possível.

No livro “Educação para a Sustentabilidade Visões de Presente e Futuro”, organizado por Grandisoli et al. (2020), o conceito da educação para a sustentabilidade é retomado. Os autores destacam a iminência de uma educação mais *integral, transformadora e transgressiva*. Colocam no centro da discussão a *aprendizagem social*. Neste sentido, a educação para a sustentabilidade compreende, “uma aprendizagem mais participativa que cria vias de construção de conhecimentos mais contextualizados e, portanto, mais significativos” (GRANDISOLI et al., 2020, p. 23). Como aspectos centrais desta abordagem estão a participação, a cocriação e a corresponsabilidade. A *participação* relacionada aos processos inclusivos e dialógicos de educação (formal, não-formal e informal). A *cocriação* está relacionada aos princípios do diálogo e a *corresponsabilidade*

está direcionada às consequências das ações coletivas, somadas à responsabilidade solidária.

A partir desta perspectiva de educação é possível pensar no lugar onde vivemos como uma possibilidade de espaço educador sustentável. Trajber e Sato (2010), assim como Borges (2011) identificam estes espaços como aqueles que têm a intencionalidade de se constituírem, pedagogicamente, em referência de sustentabilidade. São espaços que mantêm “uma relação equilibrada com o meio ambiente; compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim qualidade de vida para as gerações presentes e futuras” (TRAJBER; SATO, 2010, p. 71).

As cidades educam a partir de diversos espaços disponíveis, abertos e acessíveis à população. Como exemplos temos os museus, que segundo Borges (2011), promovem experiências a partir do trânsito entre passado, presente e futuro. As praças públicas e os parques que educam a partir das vivências com a fauna, flora, a diversidade, a valorização dos outros (humanos e não humanos). Segundo a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE, 1990), uma cidade ao exercer sua função educadora, assumirá a intencionalidade e responsabilidade de formar, promover e desenvolver todos os seus habitantes.

Neste sentido, faz-se necessário pensar no “próprio desenho da cidade para que transmita alguns valores determinados e, ao mesmo tempo, torne visível a diversidade social, cultural e linguística existente” (VINTRÓ, 2003, p. 48). Além de pensar o desenho da cidade, é preciso pensar em projetos articulados com as organizações governamentais e da sociedade civil, onde todos e todas educam, se educam e aprendem. Segundo Moll (2004), pensar a cidade

Implica discutir coletivamente quem somos, que necessidades comuns e singulares temos, **que presente e que futuro desejamos**. Implica assumirmos, como diferentes atores sociais do cenário urbano (governos, associações de moradores, empresariado, movimentos sociais, grupos de jovens, igrejas, sindicatos, universidades), tarefas educativas no sentido de **mapear demandas e possibilidades formativas**, para oferecer ao conjunto da população *inéditos viáveis* que permitam fazer da vida algo mais ou algo distinto do que ela é (MOLL, 2004, p. 41, grifo nosso).

A cidade como espaço educador deve garantir a continuidade de ações coletivas, transformadoras, efetivas, afetivas, dialógicas, enfim, sustentáveis. Neste sentido, podemos pensar em cidades mais sustentáveis para além de somente “minimizar impactos ambientais negativos através da redução da demanda de recursos não renováveis e da geração de poluição e refugos nocivos” (LOPES, 2016, p. 20). Será necessário também inserir em suas pautas assuntos relacionados à pobreza, à moradia, ao trabalho, a violência, às desigualdades, à educação.

Dependerá da elaboração e implantação dos Planos Diretores de Ordenamento Territorial, sendo aquele que “regula o uso e a ocupação do solo urbano, planeja e regula o transporte e o trânsito, estabelece normas construtivas e edilícias, responsabiliza-se pelos serviços de iluminação pública e de limpeza urbana etc.” (LOPES, 2016, p. 48). Conforme o espaço, o lugar, o território, as situações, alguns aspectos serão mais contemplados que outros.

Alinhado ao Plano Diretor está o Estatuto da Cidade que, conforme a Lei de N° 10.257, de 10 de julho de 2001 “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. Tanto o Plano Diretor quanto o Estatuto da Cidade necessitam estar articulados com a Agenda 21 Global, sendo um convite às autoridades locais para olhar mais direcionado às cidades sustentáveis. A orientação é para que cada autoridade implemente uma Agenda 21 local tendo como base de ação o estabelecimento de políticas ambientais locais, prestando assistência na implementação de políticas ambientais nacionais” (BRASIL, 2019).

Também precisa ser considerada a Agenda 2030. Ela foi elaborada por líderes mundiais no ano de 2015, com o intuito de criar um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade em nível global. O Brasil assumiu a responsabilidade de implementá-la a partir do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Akkari (2017) destaca a importância da Agenda 2030, principalmente em relação à educação com foco na cidadania mundial. Segundo Akkari (2018, p. 946), “falar de cidadania mundial significa questionar as tradicionais identidades nacionais. Ou seja, resta operacionalizar a cidadania mundial e efetivá-la nos sistemas de ensino”; Mesmo com muitas contradições, a Agenda 2030 é promissora, estando aberta para o debate e tradução em cada canto do mundo, principalmente pelos atores da educação, servindo ora “para consolidar o *status quo* ou as desigualdades nos sistemas de ensino” (AKKARI, 2017, p. 955). As agendas globais devem ser implementadas nas cidades, porém com olhar crítico, criterioso, cuidadoso, coerente e respeitoso à realidade local.

2. ARTESANIA COMPREENSIVA EM DUAS CIDADES DA REGIÃO SUL: CARACTERIZAÇÃO DE CONTEXTO E INDICAÇÕES DE MÉTODO

Como não há um consenso que determine quais cidades são sustentáveis, assim como quais cidades educam para a sustentabilidade, após dois anos de pesquisas foram elencadas duas cidades da região sul do Brasil. Algumas questões foram fundamentais para a escolha das cidades: Qual cidade se identifica como sustentável e possui políticas educacionais para a sustentabilidade, contempladas em seu plano diretor e implementadas a partir de diretrizes curriculares, programas e projetos? Qual cidade inclui em seu planejamento as agendas globais para a sustentabilidade? Qual cidade a partir de políticas educacionais para a sustentabilidade tenta minimizar os problemas relacionados à habitação, às desigualdades, aos serviços públicos e à infraestrutura?

Ao optarmos pelas cidades de Colombo/PR e São Leopoldo/RS, nosso objetivo inicial foi o de analisar os desdobramentos das políticas de educação, não só ambiental, mas que pensem a cidade, assim como projetos e ações voltados para cidades mais sustentáveis.

Colombo, cidade localizada na Região Metropolitana de Curitiba, contempla em seus documentos as políticas educacionais para a sustentabilidade. Em 2011, lançou o texto “Colombo - Caminhos para uma Cidade Sustentável” (COLOMBO, 2011), que traz como uma das propostas:

colaborar com os educadores, incentivando a reflexão acerca das temáticas ambientais; oferecer subsídios para abordá-las no conjunto dos conteúdos curriculares, bem como, contribuir para um maior

envolvimento nos projetos relacionados à Educação Ambiental nas escolas e comunidades colombenses. (COLOMBO, 2011, p. 4).

De acordo com as Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental de Colombo, Lei Nº1402/2015, a Educação Ambiental é reconhecida como instrumento de política pública. As diretrizes estão fundamentadas nas políticas públicas de Educação Ambiental em nível nacional, estadual e municipal, assim como na Agenda 21, a Carta da Terra e o Tratado de Educação para Sociedades Sustentáveis, entre outros.

Um dos objetivos das diretrizes é o compromisso com a continuidade, assim como o resgate da história da Educação Ambiental, principalmente de Colombo. Um dos desdobramentos das políticas ambientais de Colombo é a Gincana Ecológica de Colombo - ECOGINCANA, orientada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, envolvendo as escolas do município em projetos voltados para educação ambiental. Além das atividades desenvolvidas pelas escolas, são realizadas palestras, trilhas ecológicas, visitas técnicas, além da mostra de trabalhos culturais ambientais nas categorias: desenho, pintura, poesia, mascote, música e outros trabalhos artísticos. O ano de 2019 foi um marco, devido ao lançamento do Livro Colombo Sustentável com conteúdo relativo à educação ambiental e ao meio ambiente do município.

Já a cidade de São Leopoldo, situada na Região Metropolitana de Porto Alegre, desenvolve há muitos anos projetos e ações voltadas para o meio ambiente, inclusive em 2007, instituiu o Programa Municipal de Educação Ambiental - PROMEA, e criou o Órgão Gestor de Educação Ambiental - OGEA. Também foi uma das primeiras cidades no Rio Grande do Sul a implementar as Diretrizes Municipais para a Educação Ambiental em 2013.

No ano de 2019, a Secretaria do Meio Ambiente de São Leopoldo firmou parceria com o ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade. O Parque Municipal Imperatriz Leopoldina de São Leopoldo foi selecionado, entre 36 experiências de cidades brasileiras, como uma das três Unidades de Conservação (UCs) referência em governança municipal e boas práticas.

Outro destaque foi o Fórum dos Arroios que tem por objetivo “atuar nos programas recuperação, preservação e conservação dos arroios e na fiscalização do uso da água” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, 2007). É implementado a partir do Plano Municipal de Gestão Ambiental – PLANGEA sintetizado em cinco Programas: Programa de Áreas Protegidas; Programa de Recursos Hídricos; Programa de Mudanças Climáticas; Arborização Urbana; e Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Como artesãos intelectuais, transitamos pelos documentos referentes à educação para a sustentabilidade e, concomitantemente, realizamos entrevistas compreensivas nas duas cidades. A entrevista com enfoque compreensivo não se resume a uma simples técnica de recolhimento de dados, ela “começa pela empatia e envolvimento mútuo” (KAUFMANN, 2018, p. 89). Após a realização das entrevistas, todas gravadas, seu conteúdo foi transcrito integralmente. Foi priorizada, durante as entrevistas, a *relação dialógica* (KAUFMANN, 2018), pois, ao optarmos por seguir esta lógica, tentamos interpretar os processos socioculturais dos atores sociais por meio de suas realidades. Foram analisadas as ações a partir da maneira como os atores sociais vivem a cidade.

Também seguimos os apontamentos de Dubet (2015) que afirma que para compreender a sociedade é necessário *partir dos indivíduos*, determinamos como foco principal para a continuidade da pesquisa as pessoas. Ao optarmos por seguirmos pelo caminho da compreensão, não determinamos pontos fixos, fechados, a serem analisados,

pois cada cidade possui suas peculiaridades, heterogeneidade, história e memória. Foi respeitada a particularidade de cada cidade, não as comparando.

Transitamos como artesãos intelectuais pelos documentos e campos empíricos, sem que um se sobrepusesse o outro. A intenção foi que a pesquisa continuasse respeitando os caminhos que foram surgindo, não deixando escapar o objeto e objetivo da pesquisa. O mesmo cuidado foi dedicado às entrevistas, sendo que todas foram gravadas. Segundo Kaufmann, sem desmerecer o material escrito, a oralidade é “mais viva, ela permite um acesso mais direto à emoção e um mergulho mais íntimo na história de vida.” (KAUFMANN, 2018, p. 124).

Antes mesmo da realização das entrevistas foi essencial formular algumas perguntas que fossem ao encontro do objetivo da pesquisa. A principal questão foi: Quando uma cidade é sustentável? Embora, para Kaufmann, a melhor pergunta ocorra após o que é dito pelo entrevistado. “Para encontrar a pergunta certa, não há outra solução que não seja a de se colocar intensamente na escuta do que é dito e de refletir a respeito enquanto informante fala” (KAUFMANN, 2018, p. 81).

No total, foram realizadas 26 entrevistas com gestores, totalizando aproximadamente 250 páginas de transcrição. A seguir, apresentaremos analiticamente partes das entrevistas, consideradas como essenciais para pensar e definir os princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos.

3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTOS URBANOS

Foram determinados três princípios orientadores de educação para sustentabilidade em contextos urbanos. Esses princípios são resultados da síntese analítica da pesquisa realizada entre os anos de 2017 a 2020, assim como da escuta atenta e compreensiva de pessoas que vivem e pensam nas cidades de Colombo e São Leopoldo. São princípios que não podem ser pensados separadamente.

Os princípios orientadores de educação para a sustentabilidade podem ser relacionados a outros princípios no contexto da educação, sustentabilidade e cidade.

3.1 Princípio 1. Uma cidade educa para a sustentabilidade quando educa.

Foi identificado que a educação precisa tornar-se o foco principal em uma cidade que pretende ser sustentável. Uma cidade, independentemente de suas ideologias, políticas, partido, ações, deve educar “para “o quê? Partindo das reflexões de Brandão, 2005, Carvalho (2008 e 2011), Cavalcante e Elali (2011), entre outros, concordamos que uma cidade deve e precisa “educar para a sustentabilidade”. É uma educação para a vida em todas as dimensões, promotora da transformação, a partir das relações humanas e não humanas. (GADOTTI, 2008; GRANDISOLI et.al, 2020; GROHE, 2015).

A partir das entrevistas foi constatado que uma cidade educa para a sustentabilidade quando promove a educação ambiental forte, transversal e efetiva (formal, informal e não-formal) na cidade, não cabendo somente à escola este papel. A maioria dos/as entrevistados/as evidenciaram a importância da escola para a efetivação da educação para a sustentabilidade, porém também destacaram a importância de pessoas e tempos específicos para a formação. Outra questão, trazida pelo secretário do Meio Ambiente de Colombo foi que não é “mais uma escolha, mas sim uma obrigação dos gestores públicos”, a inserção da educação ambiental e para a sustentabilidade nos contextos da cidade. (COLOMBO, 2017, p. 21).

Outra questão importante levantada pela assessora pedagógica na SMED de São Leopoldo, foi a importância de um “*programa de formação que fale de educação para a sustentabilidade*”. A partir de um programa de formação é possível efetivar na prática políticas educacionais e construir projetos de ação locais. Tanto as cidades de Colombo, como São Leopoldo, desenvolvem programas como exemplo o Programa de Educação para a Sustentabilidade na Cidade - PESC de São Leopoldo e o Programa de Educação Ambiental de Colombo, fundamentados nas Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental municipal (as duas cidades possuem diretrizes, sendo um diferencial em seus estados), entre outras políticas em nível local, nacional e internacional.

As cidades que educam para a sustentabilidade também precisam dedicar tempo para estudos e pesquisas. Para isso, segundo a secretária da Fazenda de Colombo, faz-se necessário criar um núcleo de educação ambiental, “*um grupo pensando isto o tempo todo*”. Este posicionamento vai ao encontro do pensamento da secretária municipal do Orçamento Participativo (OP) de São Leopoldo, para ela este núcleo deve existir e ser composto pela “*sociedade civil e pesquisadores para que possam orientar para a sustentabilidade*”. O núcleo deve ter conhecimento das pesquisas e estudos referentes às temáticas da sustentabilidade, assim como das políticas para educação.

3.2 Princípio 2. Uma cidade educa para a sustentabilidade quando governa para atingir esse ideal.

Como vimos no Princípio 1, o eixo central para a transformação em cidades que caminham para a sustentabilidade é a educação. Essa premissa precisa ser incluída nos planos diretores, assim como ser uma das prioridades dos governantes. Segundo o diretor do Centro Roessler/Museu do Rio dos Sinos de São Leopoldo/RS, “*é preciso vontade política do governante*” para que uma cidade seja mais sustentável. Segundo Brandão, os “*Municípios Educadores Sustentáveis somente o serão se contribuir para a educação de todos através do testemunho de gestores públicos*” (BRANDÃO, 2005, p. 7). Esta vontade política ficou evidente nas cidades de Colombo e São Leopoldo. Segundo o secretário do Meio Ambiente de Colombo foi um “*pedido*” da prefeita a realização de ações efetivas de educação ambiental forte. Em São Leopoldo este discurso se repete, o Diretor do Centro Roessler/Museu do Rio dos Sinos enfatiza que “*há uma insistência e um pedido do governo municipal para que se caminhe para isso. Há vontade política para que isso aconteça. Há um desejo político*”. Existem “*muitas vontades e dependem de outras para que uma ação se concretize. Em seus estudos Jacobi (2004, p. 181) destaca que as “experiências bem sucedidas, principalmente por parte das administrações municipais, mostram que, havendo vontade política, é possível capacitar as ações do governo baseadas em princípios ambientalmente sustentáveis*”.

O olhar holístico dos governantes para as cidades é outro ponto importante. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global orienta para o olhar holístico para o território, “*enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar*” (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGS, 1992). Em São Leopoldo, um exemplo prático é o Orçamento Participativo. Para a secretária da Secretaria do Orçamento Participativo, este espaço é potente por propiciar a abertura para o diálogo. Os moradores da cidade podem apresentar propostas e deliberar demandas de acordo com a realidade local. A participação passa a ser popular e cocriativa, proporcionando soluções mais coletivas. De acordo com Grandisioli (2020), o processo cocriativo ocorre a partir do aprendizado e da vivência dos princípios do diálogo. Nesse

sentido, todos e todas devem se corresponsabilizar pelos efeitos e consequências das ações coletivas. Por si só, o OP é educador e promotor de cidades sustentáveis.

Outra questão que precisa ser priorizada pelos governantes das cidades que educam para a sustentabilidade é o direito ao território. Neste sentido, trazemos a fala de uma das indígenas da Aldeia Por Fi Ga de São Leopoldo/RS. Ela enfatiza: “Território para nós é sagrado. Sem território, é morte.” Um governante contribui para a educação para a sustentabilidade da cidade quando respeita e pensa no lugar onde a vida acontece. Alguns exemplos concretos que priorizam o território a partir de projetos urbanísticos nas cidades de Colombo e São Leopoldo: a revitalização do Parque Rua da Praia (São Leopoldo), a construção do Parque Linear Palmital (Colombo), assim como o incentivo a execuções de escolas mais sustentáveis, espaços verdes e de lazer em contextos urbanos. Ao priorizar os espaços que educam para a sustentabilidade, os governantes estarão contribuindo para a cidade como um agente educativo, uma cidade educadora.

Uma cidade sustentável também precisa ir ao encontro da Nova Agenda Urbana (NAU) que tem como objetivo “promover inclusão e assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminações de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis, resilientes e sustentáveis para fomentar prosperidade e qualidade de vida para todos” (Nova Agenda Urbana, item 11). Um governante ao estar atento a NAU deverá ter consciência da existência de microcidades em um mesmo território, e cada uma destas realidades repletas de desigualdades, tanto econômicas como sociais (MARQUES, 2015; SARLO, 2014).

Um governante atento e preocupado, principalmente com os riscos globais, também deve se responsabilizar e assumir compromissos transnacionais. Segundo Beck, este é um dos caminhos. Para ele, “compartilhar e combinar sua autoridade através das fronteiras transnacionais é a única maneira de começar a enfrentar os desafios comuns representados pelos riscos globais de mudança climática” (BECK, 2018, p. 227). Tanto em nível global como local, um governante precisa estar atento aos riscos (BECK, 2010, 2018). Para isso, precisará antecipar, superar e lidar com os riscos que por vezes, segundo Beck, são invisíveis, inesperados e imprevisíveis. Nas duas cidades visitadas percebemos a preocupação dos gestores com o que está por vir, com os riscos. Um deles é a preocupação em Colombo com o Aquífero Karst, um manancial subterrâneo, utilizado para o abastecimento público de diversos municípios e que devido ao uso dos agrotóxicos em lavouras pode ser poluído. E em São Leopoldo os diques que seguram as águas do Rio dos Sinos para que não invadam a cidade. Há previsão de técnicos locais de que, se não houver manutenção dos diques, poderá ocorrer um desastre gigantesco na cidade.

Após inúmeros relatos trazidos pelos entrevistados/as, outro ponto destacado é a importância da continuidade às políticas, aos programas, aos projetos e às ações que foram positivos e contribuíram para a transformação local, evitando processos efêmeros. “O governante precisa assumir o compromisso como garantidor da continuidade de ações coletivas, efetivas, afetivas e dialógicas, para além das mudanças governamentais municipais, estaduais e federais.” (GROHE, 2021, p.215) Em Colombo, foi incluído na redação das Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental, o compromisso “da continuidade de programas, projetos e ações em prol da qualidade de vida de todos os seres, humanos e não humanos, integrantes da teia vital dessa municipalidade”. (COLOMBO, 2017a, p. 27). Acreditamos que um espaço possibilitador da continuidade de programas e projetos seja a

escola, principalmente a partir do Projeto Político-Pedagógico, independente da troca de gestão, é percebida com maior efetividade a continuidade das ações.

3.3 Princípio 3. Uma cidade educa para a sustentabilidade quando mobiliza seus/suas moradores/as para novos começos.

A Chefe do Departamento de Monitoramento Socioambiental de Colombo, destacou como possibilidade, para que uma cidade se torne sustentável, a mobilização. Para ela “*o que falta é mobilizar as pessoas.*” Já para a secretária da fazenda de Colombo vai além. Para ela *o sustentável é a mobilização.* A mobilização em diversos momentos das entrevistas foi relacionada à sensibilização, sendo uma das promotoras de vivências de pertencimento ao lugar.

A coordenadora de educação ambiental de Colombo, identificou a mobilização para a mudança de pensamento relacionada à experiência, ao vivido. Para ela, a partir das vivências na Secretaria do Meio Ambiente, foi possível reconhecer-se como colombense corresponsável pela cidade. O estagiário da Secretaria do Meio Ambiente de Colombo também identificou a mudança de pensamento após ter realizado o estágio e ter passado pela experiência. Outro exemplo foi de um aluno de São Leopoldo que ao participar da Trilha Urbana percebeu a relação do rio com a sua própria vida. Constatou-se que é preciso ver, tocar, viver, para mudar.

O lugar recebe destaque no que se refere ao favorecimento da percepção da realidade e do pensamento crítico. O lugar, a partir de vivências de experiências transformadoras, pode receber outros significados. A partir da experiência vivida as pessoas podem dar outros sentidos para o lugar. A cada novo enfoque dado a espaços ainda não explorados pode ser possível outras percepções. A consequência deste novo olhar para a cidade pode resultar em moradores com maior sentimento de pertencimento à cidade.

Um exemplo concreto deste sentimento de pertencimento após uma experiência vivida na cidade são de algumas crianças que ao chegarem ao final da Trilha Urbana em São Leopoldo, dizem: “*Como eu gostaria de morar nessa cidade!*”. As crianças moram na cidade, porém não se sentem pertencentes. A partir da experiência da trilha, passam a ter outro olhar para a cidade. Haesbaert (2014) chama a atenção para a importância da experiência concreta no mundo, assim como a importância de tornar o espaço, antes indiferenciado, um lugar de significados.

Para a coordenadora da Educação Ambiental de Colombo a experiência mobilizadora/sensibilizadora precisa ser oportunizada também na escola. Segundo ela, é na escola que as crianças passam uma parte de suas vidas. Em seus estudos, Dubet (2014) destaca a escola como o “*lugar da experiência*” (DUBET, 1994). A coordenadora do Fórum dos Arroios de São Leopoldo também ressaltou a importância da mobilização a partir das escolas, porém destaca a importância do engajamento de um/a professor/a, com carga horária exclusiva para se dedicar à temáticas relativas às cidades sustentáveis.

Outros destaques realizados pelos entrevistados e entrevistadas durante a pesquisa são relativos às experiências mobilizadoras/sensibilizadoras para uma cidade mais sustentável estão relacionados à divulgação, à informação, à comunicação e à visibilidade. A partir do momento que ocorre a divulgação, segundo a Chefe do Departamento de Monitoramento Socioambiental de São Leopoldo, as pessoas passam a se envolver mais nas ações realizadas na cidade. Do mesmo modo, o estagiário da Secretaria do Meio Ambiente de Colombo acredita que a falta de conhecimento da população referente às

ações realizadas na cidade ocorre devido a falta de divulgação. Para ele, a divulgação pode ser uma rotina nas escolas, começando pela educação infantil, pois contribuiria para a melhoria da percepção dos alunos sobre a cidade e ao começar por esta etapa o resultado será positivo mais à frente.

Para a coordenadora do Museu do Rio dos Sinos, “*não adianta ter verbas, ter equipamentos, se não consegue mobilizar a comunidade da importância da participação*”. Neste ponto podemos perceber a estreita relação da divulgação com a comunicação. Segundo Bernardo Toro em entrevista cedida a Mônica Herculano (2005), não é suficiente que um “projeto ou programa esteja bem planejado e financiado, é preciso ser bem comunicado a fim de mobilizar vontades e desejos”. (HERCULANO, 2005). De acordo com alguns parâmetros para constituir a arquitetura de projetos educativos, um deles é a “comunicação permanente”, garantindo “maior visibilidade e repercussão da ação educativa – sensibilizar, informar, implicar (envolver) as pessoas no trabalho” (BRASIL, 2007, p. 99).

Outro ponto destacado pelo diretor do Museu do Rio de São Leopoldo está relacionado à visibilidade. Ele destacou as redes sociais, quanto a divulgação das ações locais, como educadoras. Segundo Jacobi (2003) e Grandisoli et al (2020), estes processos de diálogos virtuais podem avançar para uma ação permanente como prática social e educativa reforçando o sentimento de corresponsabilidade e da constituição de valores éticos.

4. REFLEXÕES FINAIS – PERSPECTIVAS DE NOVOS COMEÇOS

Neste artigo foram abordados os princípios orientadores da educação para a sustentabilidade em contextos urbanos. Estes princípios não são oclusos e podem ser aliados a outros princípios. Faz-se necessário que esses princípios sejam analisados, explorados e ampliados de acordo com cada realidade, bem como não devem ser confundidos com princípios desenvolvimentistas, mas entendidos como aqueles que contribuem para a transformação local, a partir dos contextos analisados.

Tais princípios oportunizam perspectivas para repensarmos o modo como vivemos nas cidades, assim como na possibilidade de um novo começo, na qual “no mundo cosmopolitizado das ameaças globais de agora, as cidades - historicamente, o solo social para movimentos cívicos de liberação - poderiam se tornar, a melhor esperança da democracia” (BECK, 2018, p. 236).

Em um planeta com previsões de cenários catastróficos, promover iniciativas voltadas à mudança de valores e da cultura para a preservação da vida em todas as dimensões, faz-se necessário. Espera-se que os princípios orientadores de educação para a sustentabilidade contribuam para essa mudança, a partir da educação, da governança e da mobilização.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sustentabilidade: a retórica esvaziada [Entrevista cedida a Ciência Hoje]. **Ciência Hoje**, Florianópolis, v. 51, n. 305, p. 6-8, jul. 2013. Disponível em: https://cienciahoje.periodicos.capes.gov.br/storage/acervo/ch/ch_305.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

AKKARI, Abdeljalil. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI?, **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958, 2017.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE). **Carta das cidades educadoras**. Barcelona, 1990. Disponível em: <https://cidadeseducadoras.org.br/wp-content/uploads/2016/06/carta-cidades-educadoras-barcelona.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BECK, Ulrich. **Risk society**. London: Sage Publications, 1992.

BORGES, Carla. **Espaços educadores sustentáveis**. TV Escola. Salto para o Futuro: 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável**. Brasília, DF: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. UNESCO: 2007.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais**. Brasília: 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda 21 Local**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF, 2019g. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local.html>. Acesso em: 04 fev. 2019.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 1, 2008.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice. **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

COLOMBO. Secretaria do Meio Ambiente. **Colombo caminhos para uma cidade sustentável**. Colombo, PR: Secretaria do Meio Ambiente. 2011.

COLOMBO. Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes curriculares municipais de educação ambiental**. Concepção e elaboração: Valdir Nogueira. Colaboração Sônia Maria Marchiorato Carneiro. Colombo, PR: Secretaria de Meio Ambiente: SEMMA, 2017.

DUBET, François. Entrevista com François Dubet Estigmas e discriminações – a experiência individual como objeto. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, 2015.

DUBET, François. Sociologia da experiência. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGS. Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS, NO ÂMBITO DO FÓRUM GLOBAL – ECO-92. **Tratado das ONGs**. Rio de Janeiro: Eco, 1992. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educa%CC%81o_ambiental/tratado.pdf. Acesso em: 08 jan. 2019.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GRANDISOLI, Edson *et al.* **Educar para a sustentabilidade**: visões de presente e futuros. São Paulo: Na Raiz, 2020.

GROHE, Sandra L. S **Escolas sustentáveis**: três experiências no município de São Leopoldo – RS. 2015. Dissertação (Mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015, Porto Alegre.

GROHE, Sandra L. S. **Cidades Sustentáveis: Princípios Orientadores de Educação para a Sustentabilidade em Contextos Urbanos**. 2021. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9735>. Acesso em: 20 set. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HERCULANO, Monica. Bernardo Toro defende ética e mobilização social para a construção do público. [S. l.]: GIFE, 2005.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. Impactos socioambientais urbanos – do risco à busca de sustentabilidade. In: MENDONÇA, Francisco (org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

KAUFMANN, Jean-Claude. **Entrevista abrangente**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOPES, Alberto. **Políticas públicas para cidades sustentáveis: integração intersetorial, federativa e territorial.** Rio de Janeiro: IBAM: MCTI, 2016.

MARQUES, Eduardo. Condições habitacionais e urbanas no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajétórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2015.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

MOLL, Jaqueline. A Cidade Educadora como Possibilidade: apontamentos. In: TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza Rodrigues; CONZATTI, Marli (Org.). **Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre.** São Paulo: Editora Cortez, 2004. V. 2. P. 39-46.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SÃO LEOPOLDO. **Lei nº 6493, de 17 de dezembro de 2007.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2007/650/6493/lei-ordinaria-n-6493-2007-estrutura-o-plano-municipal-de-gestao-integrada-das-sub-bacias-do-rio-dos-sinos-e-da-outras-providencias-2010-10-29-versao-consolidada>. Acesso em: 20 setembro 2021.

SARLO, Beatriz. **A cidade vista: mercadorias e cultura urbana.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2014.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. especial, 2010.

VINTRÓ, Eulàlia. Educação, escola, cidade: o Projeto Educativo da cidade de Barcelona. In: GÓMEZ-GRANELL, C.; VILA, I. (org.). **A cidade como projeto educativo.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

*Submetido em outubro de 2021.
Aprovado em dezembro de 2021.*

Autoria

Sandra Lilian Silveira Grohe

Doutora em Educação pela Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS; Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS; Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande -FURG; Especialista em Psicopedagogia pelo Instituto Brasileiro de Pós - Graduação - IBPEX; Graduada em Pedagogia pela Universidade da Região da Campanha- URCAMP; Cursou o mestrado no Colégio Santa Teresa de Jesus. É Assessora Pedagógica na Secretaria Municipal de

Educação - SMED, no município de São Leopoldo, coordenando o Programa Educação para a Sustentabilidade na Cidade - PESC. É integrante do Conselho Municipal do Meio Ambiente / COMDEMA/ São Leopoldo, no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional COMSEA/ São Leopoldo. Participa do Grupo de Pesquisas em Educação, Diversidade e Cidadania (CNPQ) - UNISINOS. Integrante da REDE ARAUCÁRIAS de Educação Ambiental dos Campos de Cima da Serra e Hortênsias - UERGS. Colaboradora no Grupo Escuta Poética - UFRGS. Tem interesses de pesquisa em temas relacionados a Educação Ambiental, Iniciação Científica, Escolas Sustentáveis, Ambientalização, Políticas Públicas, Urbanismo, Desigualdades e Cidades Sustentáveis.

E-mail: sandragrohe@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3126-8259>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5252471990505084>

Rodrigo Manoel Dias da Silva

Coordenador Executivo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação onde orienta mestrado e doutorado na linha de pesquisa Educação, Desigualdades e Inclusão. Integra também o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. Líder do Grupo de Pesquisas em Educação, Diversidade e Cidadania (CNPQ). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2005), Mestre (2008) e Doutor (2012) em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Parecerista ad hoc de periódicos nacionais e internacionais. Investiga principalmente os seguintes temas: escola e cidadania; expressões culturais e territórios; interculturalidade e educação de imigrantes e refugiados.

E-mail: rodrigoddsilva@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8501-5903>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9524885475616516>